

JORNAL DO **SINDJUS-DF**

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 6652001 DR/BSB
SINDJUS-DF

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Ano XIII – Nº 16 – Agosto de 2004

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

E X C L U S I V O



Veja os principais
pontos do Plano
de Carreira
em discussão
Págs. 8, 9 e 10

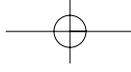
Bibliotecas do
Judiciário e do MPU
no DF têm acervo
de 300 mil livros
Págs. 11 e 12

Timor Leste cria
o seu Judiciário
a partir do zero
Pág. 13, 14

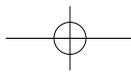
Os bastidores da negociação da GAJ

Entrevista com o diretor
geral do STF, Miguel Fonseca

Págs. 5, 6 e 7



ANUNCIO



**JORNAL DO
SINDJUS-DF**Publicação do Sindicato dos Trabalhadores
do Poder Judiciário e do Ministério Público
da União no DFSDS – Ed. Venâncio V – Bl. R
Salas 108/110/111/113/114
CEP 70393-900 - Brasília - DF
PABX (61) 224.9392
Homepage: www.sindjusdf.org.br**Coordenadores Gerais**Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)**Coordenadores de
Administração e Finanças**Berilo José Leão Neto (STJ)
Cledo de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)**Coordenadores de Assuntos
Jurídicos e Trabalhistas**Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Manguera Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)**Coordenadores de Formação e
Relações Sindicais**Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)**Coordenadores de Comunicação,
Cultura e Lazer**Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)**Redator e editor responsável**Antônio Carlos Queiroz,
Reg. Prof. DF 00645 JP**Colaboradora**

Cynthia de Lacerda Borges

Diagramação

MP

Impressão

ArtGraf

Tiragem

10.000 exemplares

Foto capa: Agência Focus

EDITORIAL

Os justos não devem continuar pagando pelos pecadores

Não deveria ser motivo de celeuma o anúncio feito pelo controlador geral da República, ministro Waldir Pires, da adoção da chamada sindicância patrimonial dos servidores públicos, entre outras medidas que o governo pretende acionar para prevenir a corrupção e a lavagem de dinheiro.

Em primeiro lugar porque, diferentemente do que deram a entender alguns jornais, a iniciativa não inclui o monitoramento diário das contas bancárias dos servidores. Segundo esclareceu o ministro, "o governo não pode, não deve e não vai monitorar a conta bancária de ninguém; pretende, sim, por meio das sindicâncias patrimoniais, investigar, como é do seu dever, os indícios de enriquecimento ilícito, para impedir que o crescimento repentino e injustificado do patrimônio pessoal de alguns se dê em função de subtração criminosa do patrimônio público".

Pires acrescentou que as operações suspeitas já são regularmente comunicadas pelos bancos ao Banco Central e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, nos termos da Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro. A novidade será a normatização das investigações provocadas por denúncias ou pelo alerta provocado por depósitos muito altos, fora do perfil de movimentação usual do servidor. Essas investigações incluirão o pedido à Justiça de quebra do sigilo bancário do suspeito.

Em segundo lugar, separar o joio do trigo, isto é, os servidores corruptos dos que são honestos, é de grande interesse para a esmagadora maioria do funcionalismo. Por ignorância e preconceito da chamada opinião pública, as denúncias de corrupção de alguns servidores sempre respingam sobre o conjunto dos servidores, perpetuando o ditado segundo o qual os justos pagam pelos pecadores.

Por essa razão, medidas com o objetivo de prevenir e reprimir as práticas de corrupção merecem nosso apoio. Mais concretamente: medida efetivas, que produzam resultados e não iniciativas como foi a criação da própria Controladoria, no governo FHC, anunciada apenas como resposta conjuntural a um clamor público contra a corrupção. A população e os servidores já estão fartos de promessas e de propaganda enganosa e, por isso, exigem menos blablablá e mais ação.

Para construir um país verdadeiramente republicano é preciso moralizar o serviço público. E arquivar a idéia de que os honestos devem pagar pelos desonestos.



JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR*

Dívida externa: prática onzenária do capitalismo internacional

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que a entidade vai ingressar, no Supremo Tribunal Federal, com ação de descumprimento de preceito fundamental, prevista na Lei nº 9882/99, com o objetivo de concretizar o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual, "no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista (com força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito, NR), exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro".

A iniciativa é extremamente relevante porque abre a perspectiva de questionamento do processo de endividamento que vem estrangulando as economias dos países pobres ou em desenvolvimento, com o aviltamento das condições de existência das pessoas. Ela se insere no contexto da chamada "crise da dívida", conseqüente ao debate que se esforça por desnudar a lógica perversa, escondida por trás do fenômeno, da prática onzenária do capitalismo financeiro internacional.

Em oposição às abordagens de "ajustamento estrutural", que se rendem ao automatismo e à preocupação de preservar o sistema econômico internacional, o debate põe em causa os modos de articulação de um processo que acabou conduzindo a um acumulado contínuo e irremediável, mais útil para realizar razões de hegemonia política que objetivos propriamente econômicos.

Realimentada pelo mecanismo progressivo do anatocismo, repudiado desde as primeiras legislações do velho direito romano, a capitalização dos juros torna fictícia a própria expressão contábil da dívida, assumindo um caráter "metafísico". Não é por outra razão, lembra Hugo

Assmann (Dívida Externa. A Escravidão do Século XX, Humanidades, ano V/1988, nº 17, Brasília, Editora UnB), que a esta espécie de fetichização não pôde resistir sequer a sacralidade cristã. A expressão "perdoai as nossas dívidas" do pai-nosso foi adaptada para "perdoai as nossas ofensas", contrariando o ensinamento do evangelista Mateus (6, 14-15), fiel à tradição solidária do Jubileu.

A iniciativa da OAB vai permitir, por outro lado, trazer para o campo jurídico a

gir-se o favor debitoris - instrumento jurisprudencial de proteção ao devedor - em princípio geral de direito (As Normas de Proteção ao Devedor e o Favor Debitoris - do Direito Romano ao Direito Latino-Americano, Notícia do Direito Brasileiro, Nova Série, nº 3, 1º semestre de 1997, Faculdade de Direito da UnB, Brasília).

O Brasil enfrenta, na conjuntura atual, um impasse na esfera da governabilidade, entre a manutenção de uma política econômica conformada às estratégias de preservação do equilíbrio da economia internacional e as exigências de investimentos em programas sociais para superar os obstáculos da pobreza e redescobrir as possibilidades de inclusão e de revitalização do trabalho. Além do problema jurídico da dívida externa, para o qual não faltam argumentos doutrinários (Ronaldo Rebello de Britto Poletti, Dívida Externa: Um Problema Jurídico, Revista Jurídica Consulex, ano VIII, nº 173, 31.03.04), é inadiável considerá-la a partir de seu potencial destrutivo, ativado pelo que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos chama de fascismo financeiro, porque subjuga os mais pobres ao seu mecanismo inexorável.

Trata-se de interpelar os países credores ricos e as organizações multilaterais também credoras, a partir de uma concertação entre os países devedores pobres ou em desenvolvimento e, deste modo, desencadear uma política internacional, por meio da instalação de fóruns democráticos, tendo como horizonte a perspectiva libertária de remissão da própria dívida ou de sua conversão em investimentos econômicos e sociais sustentáveis.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR, PROFESSOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UNB E SEU EX-DIRETOR, COORDENA O PROJETO "O DIREITO ACHADO NA RUA".

Nem o pai-nosso resistiu ao processo do endividamento: a expressão "perdoai as nossas dívidas" foi adaptada para "perdoai as nossas ofensas"

atualização de categorias historicamente desenvolvidas para proteger o devedor "da lesão enorme, da lesão enormíssima, do estado de perigo, da excessiva onerosidade da usura, do anatocismo", conforme sustenta José Carlos Moreira Alves, o influente ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, sugerindo eri-

ENTREVISTA MIGUEL FONSECA

A história da conquista da GAJ

Fotos: Agência Focus

O discreto diretor geral do Supremo Tribunal Federal, Miguel Fonseca, cumpriu um destacado papel nas negociações da proposta de reajuste da GAJ com o governo, representando o ministro Jobim em quase todas as discussões técnicas com os representantes do ministério do Planejamento e da Casa Civil. Como diretor geral do TSE, na gestão do ministro Nelson Jobim, ele já havia participado do esforço para a aprovação da Lei 10.475/2002, que reestruturou o PCS. Nesta entrevista exclusiva ao **Jornal do Sindjus**, Miguel Fonseca conta os detalhes das negociações do aumento da GAJ, e reconhece que essa foi uma grande vitória da categoria, que soube buscar a solução para driblar o reajuste zero que o governo pretendia lhes impor.

Jornal do Sindjus - *Gostaríamos que o Sr. recapitulasse os bastidores das negociações que levaram à conquista do reajuste da GAJ.*

Miguel Fonseca - O processo começou quando o Sindjus apresentou o requerimento ao STF, no dia 10 de maio de 2004. O sindicato já vinha fazendo conversações com a administração do Supremo e também com os outros tribunais no sentido de elevar o percentual da Gratificação de Atividade Judiciária, que atualmente está em 12%. A idéia original do Sindjus era de que a GAJ fosse elevada para 50%. Mas, depois dos primeiros exames do assunto, se viu que havia a possibilidade de elevar a GAJ para 30%, porque havia uma defesa técnica para isso. A pretensão era de restabelecer a equiparação salarial que sempre houve entre os servidores do Judiciário e do MPU. Os servidores do MPU sempre pegaram carona na remuneração dos servidores do Judiciário, mas em 2002 a situação se inverteu. Eles pegaram carona para aprovar o novo Plano de Cargos e Salários deles, mas acabaram passando na frente



do percentual da GAJ, que ficou estabelecida na Lei 10.475 em 12%, enquanto a Gratificação de Atividade do Ministério Público da União ficou estabelecida em 30%, na Lei 10.476.

Jornal do Sindjus - *À época, o que pesou nessa decisão foi o quantitativo de servidores do Judiciário, não foi?*

Miguel Fonseca - Sempre, sempre. Nas negociações, sempre aparece o argumento de que o Judiciário é muito grande. Quando se tenta fazer a equiparação salarial com o pessoal do TCU, da Câmara, do Senado, eles sempre dizem que são órgãos pequenos. O próprio MPU usa esse argumento, pois seus servidores formam um grupo pequeno em comparação com os do Judiciário, que chegam a mais de 100 mil. Qualquer pequeno aumento ou reajuste que se dê para o pessoal do Judiciário tem um impacto grande no orçamento. O argumento é sempre esse.

Jornal do Sindjus - *Os servidores do Judiciário iniciaram a campanha salarial reivindicando o reajuste geral a que*

têm direito. Mas o governo insistia no reajuste zero!

Miguel Fonseca - O governo havia acenado com o reajuste zero para o funcionalismo, e preferiu fazer reajustes por categoria. Os servidores do Judiciário ficariam de fora se não fosse essa idéia de batalhar e postular a elevação da GAJ. Os técnicos do governo diziam o seguinte: se fossem comprometer todo o recurso orçamentário de que dispunham para dar um aumento linear, agravariam a desigualdade que havia e ainda há entre as diversas carreiras. Por isso os aumentos diferenciados. Aqui no Judiciário isso caiu como uma luva, porque o aumento da GAJ é de 12% para 30%.

Jornal do Sindjus - *Voltando ao início... no dia 10 de maio, dia em que o ministro Jobim assumiu a presidência, protocolamos um requerimento pedindo o reajuste da GAJ. O que fez o Supremo depois disso?*

Miguel Fonseca - As negociações com o governo se iniciaram no dia 14 de



maio, no Ministério do Planejamento, numa reunião de que participei acompanhado pelo Policarpo (Roberto Policarpo, coordenador geral do Sindjus). Houve outra reunião no dia 17 de maio, com o secretário de Recursos Humanos da Administração Pública Federal, Sérgio Mendonça. Nesse encontro, os técnicos da Secretaria e os representantes do Executivo reconheceram a consistência técnica do nosso pleito, embora negassem a possibilidade de conceder o reajuste em virtude das dificuldades orçamentárias.

Jornal do Sindjus - *Foi a partir dessas conversas que o sindicato avaliou que se não fossem tomadas medidas concretas, os servidores amargariam o reajuste zero. Em nossos boletins cobramos ações efetivas dos presidentes dos tribunais...*

Miguel Fonseca - No dia 27 de maio, houve uma reunião no gabinete do presidente do STF, ministro Jobim, da qual participaram os presidentes dos tribunais superiores e o presidente do TJDF, e todos consideraram justo o pleito dos servidores, e emprestaram o seu apoio ao ministro Jobim para desenvolver tratativas junto às autoridades do Poder Executivo e junto ao Congresso Nacional. Ainda em maio, o presidente do Supremo foi recebido em audiência no Palácio do Planalto, pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Nesse encontro, eles iniciaram as negociações para elevar a GAJ. E ali ficou agendada uma outra reunião, dessa vez, com a presença também do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e do ministro do Planejamento, Guido Mantega. Nesses encontros preliminares, embora ainda sem sinalização por parte do Executivo da viabilidade orçamentária para 2004, eles sempre alegraram que havia dificuldades orçamentárias, que ia ser muito difícil pagar de uma vez só, ainda mais em 2004. Diziam que o valor era muito alto e começaram a falar de escalonamento, de parcelamento, alongamento do tempo para o pagamento disso. Começaram a falar de três, quatro parcelas, coisas que foram causando arrepios!

Jornal do Sindjus - *Mas o governo já acenava com a possibilidade de conceder algum reajuste?*

Miguel Fonseca - O governo alegava que não estava conseguindo fechar o orçamento e ainda teria que contemplar as nossas pretensões. Embora nesses encontros com os ministros José Dirceu, Mantega e Palocci não houvesse ainda sinalização sobre a viabilidade orçamentária para 2004 e 2005, o ministro Jobim negociou o imediato encaminhamento ao Congresso



Nacional do projeto de lei da majoração da GAJ. No dia 15 de junho, por meio da Mensagem nº 28, o ministro Jobim encaminhou o projeto ao presidente da Câmara dos Deputados. O projeto foi firmado por ele e pelos presidentes dos tribunais superiores e do TJDF. Na Câmara dos Deputados recebeu o número 3804 e é conhecido agora como Projeto de Lei nº 3804.

Jornal do Sindjus - *O envio do anteprojeto foi importante, mas o governo ainda apresentava sinais de resistência. Quais?*

Miguel Fonseca - Já no dia seguinte, 16 de junho, fomos a uma reunião com a área técnica do Ministério do Planejamento, no gabinete do Dr. Sérgio Mendonça, a quem levamos uma cópia do PL 3804. Novos esclarecimentos foram prestados, e ele ficou de levar o assunto à consideração do ministro Guido Mantega e de efetuar algumas simulações sobre a hipótese de escalonamento, para diluir no

tempo o impacto orçamentário resultante do PL. No dia 17, a gente já queria o resultado da conversa dele com o ministro Mantega, mas não houve informação. No dia 18 também não houve informação. Por isso, nessa mesma data, eu fui recebido em audiência pelo subsecretário para assuntos jurídicos da Casa Civil, o Dr. Tóffoli, quando discutimos as planilhas previamente elaboradas no Supremo com as hipóteses de escalonamento. Essas planilhas foram encaminhadas pela Casa Civil à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para convalidar os cálculos que havíamos elaborado no STF, inclusive com a ajuda do Sindjus e da Fenajufe. No dia 23 de junho, eu me reuni com o Sr. Israel Stal, assessor da área pessoal da SOF, que solicitou a abertura dos dados constantes das planilhas por órgão do Judiciário. Isto é, a indicação da quantidade de ativos, inativos e pensionistas, e também do total de servidores para cada

referência remuneratória. A solicitação dele foi atendida no mesmo dia. Com a ajuda do Sindjus, nós entramos em contato com todas as áreas de recursos humanos dos órgãos do Judiciário e obtivemos as informações com todo o detalhamento pedido pelo Ministério do Planejamento.

Jornal do Sindjus - *Nessas conversações, o governo continuou batendo na tecla das dificuldades financeiras...*

Miguel Fonseca - Na semana de 28 de junho a dia 2 de julho, a junta orçamentária, composta pelos chefe da Casa Civil e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, reuniu-se em mais de uma oportunidade para discutir a situação

2006. Em contraposição a isso, a representação da categoria postulava a vigência a partir de maio de 2004 e a integralização ainda em 2005.

Jornal do Sindjus - *A situação parecia chegar a um impasse...*

Miguel Fonseca - Bom, diversos encontros de negociações ainda se realizaram, com os interlocutores do Executivo e do Judiciário, entre esses e as lideranças sindicais, e entre esses personagens e o deputado Sigmaringa Seixas, destacado defensor da causa dos servidores do Judiciário. Ainda em julho, o ministro do Planejamento, acompanhado do secretário de Recursos Humanos da

cutivo continuava alegando dificuldades financeiras e procurava estender ao máximo o escalonamento, sem querer liberar nada em 2004. E nós trabalhávamos para antecipar ao máximo, pois as lideranças sindicais afirmavam que de outra maneira não aceitariam a proposta. Até que conseguimos fazer recuar a primeira parcela para julho. Por isso é que eu digo que o fato de termos conseguido 20% a partir julho de 2004, foi uma grande vitória para a categoria.

Jornal do Sindjus - *Mas, nesse momento, o governo apresentou a proposta?*

Miguel Fonseca - Ainda com a resistência da área econômica, o presidente da República precisou ser consultado para



orçamentária da União em 2004 e no ano de 2005. A dificuldade era maior em 2005 do que 2004. No dia 2 de julho, o Dr. Tóffoli, da Casa Civil, nos informou que havia dificuldades nas negociações no âmbito do Executivo para se chegar ao patamar de R\$ 400 milhões. Mas, pelos menos, já estava sinalizado um valor. Ocorre que essa quantia correspondia à correção da GAJ de 12% para 21%. No entanto, quando eles se referiam aos R\$ 400 milhões, eles estavam pensando em 2005 e não em 2004, tanto que não aceitaram que o reajuste fosse retroativo a maio. Inicialmente, a nossa leitura é que não havia problemas para 2004. Só depois fomos descobrir que a disposição deles era de pagar a primeira parcela em 2005, e não a partir de 2004. E aí foi outra luta. Os exercícios de cálculos remetiam sempre para um escalonamento a ser efetuado em três parcelas, e aí a integralização da GAJ em 30% ocorreria somente em julho de

administração federal, Sérgio Mendonça, com quem nós iniciamos as negociações na área técnica, foi recebido em audiência pelo presidente do Supremo. Ele novamente se referiu às dificuldades orçamentárias. Mas ouviu do ministro Jobim um veemente apelo no sentido de encontrar uma solução aceitável, que desse ao ministro condições de negociar com a representação sindical. Em seguida, em reunião na Casa Civil, após exaustivas simulações de escalonamento - e eu posso dizer que foram dezenas de simulações - chegou-se à seguinte formulação: elevação da GAJ de 12% para 20% a partir de julho de 2004 e de 20% para 30%, a partir de novembro de 2005, o que representa dispêndios adicionais de R\$ 167 milhões em 2004 e R\$ 420 milhões em 2005.

Jornal do Sindjus - *Mas pouco antes da definição final, houve grandes dificuldades nas negociações, não foi?*

Miguel Fonseca - Sim, porque o Exe-

autorizar os R\$ 420 milhões. Foi preciso que o ministro José Dirceu e o ministro Jobim conversassem com ele. Fechado o acordo, o ministro Jobim chamou o Sindjus e a Fenajufe para fazer o anúncio da proposta. E, como vocês se lembram, o ministro Jobim disse que não havia mais qualquer outra possibilidade de melhorar a proposta negociada. Diante dessa informação, as lideranças ficaram de consultar a categoria para deliberar. No mesmo encontro, acordou-se que, se a categoria aceitasse a proposta, os interlocutores do Judiciário fariam gestões com o Executivo e com o Legislativo para a aprovação do substitutivo do projeto de lei ainda em agosto.

Jornal do Sindjus - *Nossa avaliação é de que a mobilização foi muito importante para a conquista dessa vitória. O que o Sr. acha?*

Miguel Fonseca - Acho que sim e também foi importante ter confiado nos interlocutores do Judiciário.



Servidores do Judiciário discutem novo Plano de Carreira

NETTO COSTA

A Comissão Interdisciplinar do Judiciário, criada para elaborar estudos e oferecer propostas para a revisão do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário, avança na elaboração do anteprojeto de lei que, após submetido à categoria, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional. O Plano de Carreira deverá substituir a Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 10.475, de 26 de junho de 2002, que atualmente regulamenta as carreiras do Judiciário.

A Comissão, criada a partir de reinvindicação do Sindjus, tem prazo até o dia 17 de agosto para concluir os trabalhos. Para esclarecer a categoria, informamos nessa edição os principais pontos que estão sendo discutidos, alguns deles polêmicos. Serão realizadas assembléias setoriais para ouvir os servidores e é importante que todos participem, oferecendo contribuições.

O Sindjus propôs o estudo de um novo

Plano de Carreira com a intenção de equiparar os vencimentos das carreiras do Judiciário com os de outras semelhantes do Legislativo e do Executivo. Paratanto, a Comissão Interdisciplinar está avaliando os planos de carreira de outras categorias, como os servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O diagnóstico balizará a proposta do novo Plano de Carreira do Judiciário.

Para otimizar os trabalhos, a Comissão Interdisciplinar se subdividiu em dois Grupos Temáticos (GTs): o GT de Desenvolvimento de Recursos Humanos, que trata de questões como as atribuições e a valorização dos trabalhadores, entre outras, e o GT de Remuneração, que cuida de pontos relativos a salários, gratificações etc.

Estruturação - Os integrantes da Comissão Interdisciplinar consideram que o debate não deve limitar-se ao aumento da tabela de vencimentos, mas

estender-se a uma discussão ampla de estruturação das carreiras. Há uma grande defasagem do Judiciário em relação a outros setores com atribuições semelhantes, o que torna o trabalho da Comissão um desafio.

Entre os pontos fundamentais que estão sendo tratados pela Comissão Interdisciplinar destacam-se: a remuneração, o programa de capacitação, o regulamento de promoções e a ocupação de funções. "Precisamos definir, por exemplo, as atribuições dos cargos ou especialidades dos auxiliares, técnicos e analistas, definir os conceitos das áreas do Judiciário e resolver a defasagem salarial, que é uma questão urgente", enfatiza Roberto Policarpo, o coordenador geral do Sindjus.

GAJ deve ser de 50% - No capítulo sobre a remuneração, o texto do novo Plano de Cargos e Salários deve prever o aumento da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) para 50% do vencimento básico do cargo efetivo.



Agência Focus



Sindjus-DF e Fenajufe integram a Comissão Interdisciplinar do Judiciário

Portaria do STF instituiu Comissão

Foi no último dia 18 de maio que o ministro Nelson Jobim, então presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), assinou a Portaria nº 74, criando a Comissão Interdisciplinar para elaborar estudos e oferecer propostas de revisão do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário da União. Cumprisse, assim, uma antiga reivindicação do Sindjus. A Comissão é composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades, sob a coordenação do primeiro:

- Supremo Tribunal Federal (STF);
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Conselho de Justiça Federal (CJF);
- Superior Tribunal Militar (STM);
- Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe);
- Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus).

Ocupações de funções - A proposta prevê que as funções comissionadas de 1 a 6 deverão ser ocupadas exclusivamente por servidores do quadro de carreiras, com critérios específicos. Mas, será que a exigência de nível superior para o preenchimento de funções comissionadas de natureza gerencial é o melhor critério?

Paralelamente ao Plano de Carreira discute-se a criação de um Banco de Talentos em cada órgão, como forma de subsidiar a escolha de servidores para a ocupação de funções.

Auxiliar - As atribuições relativas ao cargo de auxiliar têm sido terceirizadas pelos órgãos do Judiciário. O Sindjus quer garantir a permanência dessas atribuições, inclusive como forma de acabar com o processo de terceirização que, além de comprometer a qualidade do serviço público, tem sido uma forma de burlar o concurso público.

Permuta/redistribuição - São muitos os pedidos dos servidores que dese-



jam mudar de Estado. Por isso, o Sindjus reivindica mudanças na legislação, permitindo essa possibilidade.

Estágio - A representação dos servidores na Comissão conseguiu excluir da proposta o dispositivo que proibia as promoções durante o estágio probatório.

Adicional de qualificação - O sindicato entende como imprescindível a necessidade de qualificar os servidores das carreiras, mediante a sua participação em cursos de pós-graduação em áreas de interesse dos órgãos do Judiciário. No entanto, deve ser assegura-

da aos servidores uma contrapartida, um incentivo àqueles que se propõem a aprofundar seus estudos em cursos voltados para as atividades dos órgãos. Outra reivindicação é que as administrações devem possibilitar ao servidor cursar mestrado e doutorado, concedendo a licença para capacitação.

Gratificações específicas - Os Oficiais de Justiça e os Agentes de Segurança Judiciária têm demandas próprias, entre as quais uma gratificação específica e a definição de suas atribuições.

Fique atento. Participe das assem-

bléias setoriais que o Sindjus promoverá na primeira quinzena de agosto em seu local de trabalho. Vale lembrar que não é a direção do sindicato quem vai aprovar o nosso Plano de Carreira. A categoria, mobilizada e participante é que dará a palavra final.

Precisamos de sua opinião para darmos passos firmes rumo à valorização de nossas carreiras. Acesse também a página www.sindjusdf.org.br para acompanhar os trabalhos da Comissão Interdisciplinar e dar a sua opinião e as suas sugestões.

Histórico dos PCS do Judiciário

Em 1974:

- O Executivo cria o Plano de Classificação de Cargos (PCC) e determina que cada Poder institua o seu. O Judiciário cria, então, o Grupo de Apoio Judiciário, com todos os cargos específicos, e importa do Executivo os modelos de outros Grupos, compostos por servidores de nível médio e responsáveis por atividades de nível superior, como os médicos, odontólogos etc.
- Nesse período, cada grupo de cargos tinha um padrão de ingresso diferenciado e às vezes, no mesmo grupo, os cargos entravam em padrões diferentes.

Em 1988:

- A Constituição Federal determina o fim da ascensão, pela qual os servidores podiam mudar de classe mediante concurso interno, se tivesse vaga na outra classe.
- A Constituição proibiu também o provimento derivado, ou redistribuição por permuta.

Em 1996:

- A Lei 9.421 transformou todos os cargos em apenas três; auxiliar, técnico e analista judiciário.
- Todos os servidores entravam no 1º padrão da 1ª classe do respectivo cargo.
- Os cargos têm todos a mesma estrutura: três classes e quinze padrões.
- Havia sobreposição dos últimos cinco níveis de uma classe sobre os cinco primeiros da outra. Exemplo: o auxiliar entrava no A-1 e saía no C-05; o técnico entrava no A-11 e saía no C-25; o analista entrava no A-21 e saía no C-35.
- A referida lei criou as funções comissionadas, de níveis 1 a 10, com valores diferenciados para os optantes que recebiam a remuneração do cargo efeti-

vo mais 70% do valor da FC;

- As FCs deveriam ser preferencialmente ocupadas por servidores das carreiras judiciárias;
- Seriam considerados cargos em comissão as FCs de níveis 6 a 10, ocupadas por servidor sem vínculo com a administração pública;
- A lei criou a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e o Adicional de Padrão Judiciário (APJ);
- A promoção de um padrão para o seguinte exigia apenas o interstício mínimo e a aprovação na avaliação de desempenho;
- A lei vedava a promoção durante o estágio probatório e o servidor, se aprovado, seria promovido para o 3º padrão da Classe A de sua carreira;

Em 2002:

- A Lei 10.475 reforçou o valor dos vencimentos,
- Extinguiu o APJ;
- A promoção do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte passou a exigir: interstício mínimo, aprovação na avaliação de desempenho e participação em curso de aperfeiçoamento;
- A lei vedou a promoção durante o estágio probatório e o servidor, se aprovado, passou a ser promovido para o 4º padrão da Classe A de sua carreira;
- Disciplinou a divisão das FCs nos níveis de 1 a 6 e determinou que 80% delas sejam ocupadas por servidores de carreira; o restante é destinado a servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo ou titulares de empregos públicos;
- Criou as CJ 1 a 4 em substituição aos antigos cargos em comissão e destinou pelo menos 50% delas aos servidores das carreiras judiciárias;
- Vedou a criação de emprego público e a terceirização das atribuições que coincidam com as das carreiras do Judiciário.

(Re) Descobrimo as bibliotecas

A REPORTAGEM DA JORNAL DO SINDJUS PESQUISOU TODAS AS BIBLIOTECAS DO JUDICIÁRIO E DO MPU NO DF PARA QUE VOCÊ CONHEÇA O QUE ELAS OFERECEM ALÉM DOS LIVROS DE DIREITO

MARINA MEDLEG SIMON

Grandes ou pequenas, com instalações modernas ou mais antigas, aconchegantes ou menos confortáveis. Quem se aventurar a percorrer as bibliotecas dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público da União irá constatar a enorme diversidade das suas instalações. Mas algumas coisas elas têm em comum: o fato de todas serem bibliotecas institucionais, já que a sua função principal é dar apoio às atividades-fim de seus respectivos órgãos.

Outro ponto em comum entre elas é o acervo especializado em Direito. Direito eleitoral (forte no TSE), do trabalho (especialidade do TST), militar (STM), constitucional (no STF) etc. Ou seja, o conjunto dos acervos das 17 bibliotecas pesquisadas (ver quadro abaixo) abrange todas as áreas do Direito.

Os acervos dessas bibliotecas contabilizam 284.219 livros, sem incluir os periódicos. Esse número corresponde a cerca de duas vezes o acervo da biblioteca do Senado Federal (150 mil volumes) e é quase equivalente ao acervo da biblioteca da Câmara dos Deputados (300 mil livros), a maior de Brasília.

Além do empréstimo - Além dos tradicionais serviços prestados por qualquer biblioteca, a maioria dessas bibliotecas oferece alguns serviços e produtos especiais. A do MPT é a única a autorizar o empréstimo de periódicos, pois, geralmente, esse tipo de publicação só pode ser consultado in loco. A biblioteca do STJ desenvolve uma "pesquisa exaustiva", cujo objetivo é evitar dizer "não" ao usuário quando alguma obra é solicitada. Seis bibliotecários fazem a pesquisa e "vão aos livros" até encontrar o que a pessoa quer. Segundo a bibliotecária-chefe, Rosa Maria de Abreu Carvalho, esse serviço é o diferencial da sua instituição.

A PRDF oferece uma visita orientada aos novos integrantes, servidores e estagiários da Procuradoria, mostrando as instalações e os serviços da biblioteca. Segundo a bibliotecária, Aucilene Marins, esse tipo de visita é sempre oferecida, principalmente aos novos esta-



giários, pois tem caráter obrigatório para eles.

No TJDFT, existe uma coleção de fitas de vídeos com matérias que saíram na mídia sobre o tribunal desde 1998 até 2003. No STM, uma das bibliotecárias realiza diariamente a leitura de cinco jor-

nais de maior circulação no País, selecionando matérias de interesse da Justiça Militar para o arquivo. O clipping é realizado desde 1962.

Filmes e livros - Uma das estratégias da biblioteca do CJF para atrair o público é organizar, quinzenalmente, no horário

do almoço, sessões de cinema para os servidores, no auditório da própria biblioteca.

Confeccionar um "Guia do Usuário" e marcadores para livros foi o meio encontrado pela biblioteca do TRF para divulgar suas normas e atividades. Nessa mesma linha, a Coordenadoria de Biblioteca e Editoração (Cobli) do TSE fornece um kit aos novos servidores. Composto por um manual do usuário, o kit traz também um guia detalhado sobre como realizar pesquisas nas diversas áreas das bases de dados da Cobli, um fôlder com explicações rápidas sobre pesquisas em geral na biblioteca e um "SOS Pesquisa", outro fôlder com mais dicas sobre pesquisas. Ou seja, não há desculpas para não realizar as pesquisas com êxito. Além disso, a Cobli distribui um boletim mensal, com sumários de artigos, títulos das novas aquisições e artigos.

As bibliotecas do STF, da PGR e do CJF também fazem questão de manter bem informados os usuários de seu acervo. Para tanto, distribuem fôlderes com explicações sobre serviços, produtos e obras, de forma resumida e didática.

Se a opção não for pela mídia impressa, a maioria das bibliotecas procura outras formas de disseminar informações relevantes para os servidores da casa. Muitas utilizam murais, mas o meio mais utilizado na comunicação interna é a Intranet. Todas as bibliotecas a utilizam para divulgar, sobretudo, as novas aquisições. A Intranet também é utilizada para pesquisas, principalmente pelas bibliotecas que não dispõem de link para pesquisas na página eletrônica do órgão.

"A gente não quer só Direito..." - Todas as bibliotecárias deixam claro que a Literatura não é prioridade de seus acervos. Em algumas bibliotecas obras literárias simplesmente não existem ou não estão catalogadas. No STJ e no STF, por exemplo, só há livros de Direito. Segundo Edine de Moura, coordenadora da biblioteca do STF, a principal preocupação é adquirir obras jurídicas. Portanto, o orçamento prioriza obras dessa área para tentar manter a atualização num ramo vasto, dinâmico e crescente.

Mas algumas bibliotecas desenvolvem formas alternativas para manter um acervo de literatura: por doação de servidores, procuradores, desembargadores, etc. Sete das 17 bibliotecas pesquisadas se incluem nesse caso, principalmente para atender pedidos de usuários que se interessam também pela leitura como lazer.

O maior acervo de Literatura é o do STM: mais de mil livros. Lá é mantido o Clube do Livro, formado pelos servidores da casa desde 1985. Para se associar ao Clube e poder retirar as obras, o usuário precisa doar dois livros no ato da inscrição. Segundo as bibliotecárias Luciana Huming e Wilza Rosa, o Clube é bastante procurado.

Na PRDF também existe um projeto como esse, o Clube de Leitura, iniciado no começo do ano, que já contabiliza 177 livros para um universo de 122 servidores na Procuradoria. PGR, MPDFT, TSE, TRT e JF também investem nessa linha. O acervo de Literatura é geralmente modesto, mas costuma ser muito procurado pelos usuários. A Justiça Federal está montando um pequeno acervo de obras literárias, principalmente para dar apoio aos funcionários ou aos seus filhos que cursam o segundo grau.

Pérolas - "Orationes" de Cícero, editada em 1556, é a obra mais rara das bibliotecas do Judiciário e do MPU no Distrito Federal. O livro pertence ao STF e integra um acervo de 1.500 obras raras, que estão acomodadas em sala especial, climatizada, com termômetro e higrômetro para controlar a temperatura e a umidade. O STJ também segue esse rigor no tratamento às obras antigas.

Destaque também para uma pérola do Direito que se encontra no STM: uma edi-

ção de 1891 da primeira Constituição Republicana, com os cortes (arestas das páginas) em fios de ouro. Herança familiar de um funcionário da casa, doada em 2002, a obra foi restaurada no laboratório do próprio tribunal.

Outras obras raras estão espalhadas pelos demais órgãos. Infelizmente, nem sempre o tratamento e acomodação são ideais e os livros, muitas vezes, se encontram em estado lastimável.

Rubi - As bibliotecas do STF, STJ, STM, TST, TJDF e PGR integram a Rede Virtual de Bibliotecas, RVBI, sigla pronunciada como "rubi", a pedra preciosa. A rede é gerenciada pela biblioteca do Senado e abrange, no total, 15 bibliotecas dos Três Poderes, incluindo a da Câmara dos Deputados, ministérios e outros órgãos públicos do Distrito Federal. Por meio da RVBI, qualquer pessoa pode pesquisar, numa única base de dados, o acervo de todas as bibliotecas da rede. Ou seja, o usuário pesquisa de uma tacada só cerca de 1 milhão de itens, entre livros, periódicos, obras raras e multimeios. A vantagem do dispositivo é tornar a consulta extremamente prática e rápida. Para a biblioteca, a vantagem é participar de um sistema que é referência mundial, e utilizar um software de pesquisa supermoderno, com boa potencialidade, além de compartilhar informações com as demais bibliotecas.

B i b l i o t e c a s			
Órgão	Acervo (livros)	Endereço eletrônico	Pesquisa pela Internet/Intranet
STF	80 mil	www.stf.gov.br/institucional/biblioteca/abiblioteca.asp	Sim
STJ	52 mil	www.stj.gov.br/webstj/Institucional/biblioteca	Sim
TJDF	35.606	www.tjdf.gov.br/Biblio/index.htm	Sim
PGR	16 mil	www.pgr.mpf.gov.br/pgr/biblioteca	Sim
TRF	15 mil	www.trf1.gov.br/setorial/biblioteca/default.htm	Sim
MPDFT	15 mil	Não tem link para a biblioteca	Só na Intranet
TSE	13 mil	www.tse.gov.br	Sim
CJF	11 mil	www.cjf.gov.br/Bvirtual	Sim
STM	9.505	Não tem link para a biblioteca	Só na Intranet
TST	8,5 mil	Não tem link para a biblioteca	Só na Intranet
TRT	6.150	www.trt10.gov.br/Info_biblioteca.php	Só na Intranet
TRE	6 mil	www.tre-df.gov.br/biblioteca/bibliot_01.htm	Sim
MPT	4,5 mil	Não tem link para a biblioteca	Só na Intranet
PRR	4 mil	www.prr1.mpf.gov.br	Sim
JF	3 mil	Não tem link para a biblioteca	Só na Intranet
PR/DF	2.804	www.prdf.mpf.gov.br/biblio	Sim
MPM	2.154	www.mpm.gov.br	Sim

Como o Timor Leste constrói seu Judiciário

CRISTINA LIMA

A mais recente democracia do mundo tenta construir seu sistema judiciário com ajuda internacional. O Timor Leste, país da Ásia que declarou independência da Indonésia em 1999, luta para solidificar as leis do país. Os problemas são muitos: faltam juízes, advogados e outros profissionais do Direito. Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu a administração do país, pelas mãos do brasileiro Sérgio Vieira de Melo, encontrou o Timor sem juízes e poucas pessoas com experiência na área. Os governantes eleitos pelo povo em maio de 2002 querem ajuda brasileira para formar o sistema.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do governo brasileiro está elaborando um projeto para mandar juízes, promotores, servidores da Justiça e assessores legislativos ao novo país. A idéia é adaptar as sugestões ao modelo judiciário montado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que capacita profissionais do Direito, fornece instalações, equipamentos e tecnologia de informação.

País mais pobre da Ásia, rodeado por 17 mil ilhas da Indonésia, o Timor Leste tem uma população de 891 mil pessoas - sendo que 500 mil têm até 20 anos. Os 24 anos de ocupação provocaram a destruição total do país. A estimativa é de que 250 mil pessoas foram mortas e outras 250 mil tenham se refugiado para evitar a morte. No dia do plebiscito que decidiu pela independência, pelo menos 1.400 pessoas foram massacradas por milícias indonésias, que também tocaram fogo nas casas. Cinco anos depois, o cenário e o clima no país são outros: existe uma grande vontade dos organismos internacionais e de voluntários para garantir a paz aos timorenses.

Cooperação - A ABC montará a primeira missão de cooperação Brasil-Timor Leste. Serão escolhidos profissionais de destaque na área. Mas antes, o governo do



A brasileira Dora Martins diante do Tribunal de Recursos

Timor precisará declarar se está de acordo. E o PNUD precisa dizer quanto liberará de dinheiro para pôr em prática o projeto. A tendência, segundo diplomatas ouvidos pelo Jornal do Sindjus, é que não haverá objeções à missão. Já há brasileiros atuando na área, por meio de contratos com a ONU. A experiência, segundo eles, tem sido exemplar.

Um dos interesses do governo do Timor Leste pelos profissionais brasileiros é a semelhança entre os sistemas judiciários dos dois países. A base é o Direito Civilista, inspirado no Direito Português. Juízes, promotores e assessores que desempenharem suas funções no Timor deverão formar colegas timorenses. Não ficarão limitados às atividades da corte.

O Embaixador do Brasil no Timor Leste, Kywal de Oliveira, diz que o Brasil começará a atuar mais efetivamente na

ajuda à reformulação judicial a partir deste semestre. "Alguns promotores, juízes e servidores serão enviados para desempenhar funções no Timor", afirmou. O Brasil, como membro eleito do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2004/2005, tem se empenhado na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, particularmente os do território africano, além do Timor Leste.

Democracia - Graças à ajuda internacional, o país já avançou na consolidação da democracia, mas ainda precisa de medidas como o fortalecimento do Poder Judiciário para solidificá-la. Essa avaliação foi feita por representantes do Conselho para uma Comunidade de Democracias, criada em 2000 para promover a democracia nos países. Eles visitaram o Timor em maio deste ano. A recomendação é que o país invista no treina-



mento de policiais, juízes, advogados e outros profissionais da área. Sugere ainda que dê mais suporte à independência do Judiciário e crie o cargo de ombudsman da Justiça e dos Direitos Humanos. A promoção da educação civil e a melhoria do acesso à informação pública devem ser incrementadas.

A ONU ajudou o país a montar a Assembléia Constituinte, que tem 87 parlamentares, sendo que 25% são mulheres. Um avanço para um país que foi dominado pela Indonésia, país muçulmano, onde a mulher é discriminada, tem a cidadania limitada e é considerada ser inferior.

No Timor, colonizado pelos portugueses no século XV, cerca de 80% da população é católica. A questão da língua é um problema. Os timorenses falam tétum (um dos 35 dialetos existentes no país) e o bahasa indonésio. Apenas 10% da população falam português. Poucos falam inglês.

Mas os parlamentares ainda têm pouca atuação. A Constituição do país já foi lançada, mas ainda faltam leis sólidas, compatíveis com a nova realidade. O empecilho é a falta de experiência. E mesmo se houvesse muitos juízes e profissionais do Direito, eles teriam sido formados de acordo com as leis indonésias, que não servem mais para a democracia do Timor.

Leis orgânicas foram redigidas, mas ainda não saíram do papel. Os parlamentares têm dificuldades em criar leis e avaliar as que surgem do Executivo. A Lei de Trânsito existe, mas os motoristas timorenses ainda desrespeitam princípios básicos, como andar com cinto de segurança e transportar crianças no banco de trás. Em nenhuma parte da capital, Dili, há sinais de trânsito.

Untaet - Antes de formar os próprios profissionais do Direito, a Autoridade Transitória das Nações Unidas para o Timor Leste (Untaet) nomeou uma comissão para o serviço judicial de transição, com dois advogados internacionais e três timorenses. Em abril de 2000, já eram 16 juízes, responsáveis por 85 casos. Após a administração da Untaet, em

2002, a Missão das Nações Unidas de Apoio no Timor Leste (Unmiset) assumiu as ações de ajuda ao país. Hoje, o Ministério da Justiça assumiu as questões relacionadas ao Judiciário. O Timor tem um Tribunal de Recurso, criado em maio do ano passado, e quatro Tribunais Distritais, com 17 juízes de julgamento, seis juízes de investigação, nove procuradores e nove defensores públicos.

A inexistência de juízes especializados nos tribunais timorenses torna tudo mais difícil. Os juízes lidam com casos civis, criminais e laborais, simultaneamente. A única exceção ocorre nos Painéis Especiais para os Crimes Graves, que cuidam exclusivamente dos crimes

numa ditadura", contou.

Tradições - O desconhecimento da população em relação ao funcionamento do novo sistema judicial também é uma fonte de problemas. Acostumado a uma forma tradicional de justiça, no qual o chefe da aldeia decidia os conflitos que surgiam entre os habitantes - mesmo os casos mais graves, como homicídio e estupro - e impunha imediatas sanções, o povo que vive nas aldeias ainda resiste à Justiça formal. Para a população, não é fácil compreender que alguém que transgrediu a lei fique em liberdade à espera de um julgamento que pode demorar anos. Por isso, não é raro que, em alguns casos, a

justiça seja feita pela própria família da vítima. Esse comportamento se reflete na atitude dos próprios juízes e procuradores timorenses, que tendem a usar a prisão preventiva como regra, e não como exceção. No Timor, as investigações são feitas pelo Ministério Público.

A polícia começa a se estruturar aos poucos para garantir os direitos dos cidadãos. O major da Polícia Militar do Distrito Federal, Francisco Carlos da Silva Niño, consultor técnico para o adjunto do

comandante geral da Polícia Nacional do Timor Leste (PNTL), diz que estão sendo formados mais de três mil homens para fazer a segurança pública nos 13 distritos que compõem o Timor. Eles também terão funções no trânsito, policiamento marítimo e imigração. "A idéia é formar 2.800 policiais em dois anos", afirmou.

Hoje, 32 policiais militares brasileiros ajudam os novos governantes a reestruturar a polícia do Timor. Eles formam os futuros integrantes da Unidade de Intervenção Rápida da PNTL. É como se fosse o Batalhão de Operações Especiais da PMDF. Entre eles, a capitã Kedma Mascarenhas, da Polícia Militar de Goiás, também consultora na área de segurança. Ela lembra que a maioria dos crimes cometidos pelos timorenses é de estupro incestuoso. "As mulheres são muito desvalorizadas. Garotas são estupradas pelo pai, tio ou irmão", conta.



A juíza Dora Martins com o presidente do Timor, Xanana Gusmão

ocorridos no período da ocupação indonésia - genocídio, homicídio, crimes sexuais, tortura, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Os Painéis Especiais, no entanto, são formados por um coletivo de juízes, sendo dois juízes internacionais e um juiz timorense para cada painel.

Um dos juízes internacionais no Painel de Crimes Graves foi a brasileira Dora Martins (foto), juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo. A magistrada brasileira representou o Brasil no Timor Leste durante um ano, julgando os processos e colaborando com a estruturação do Judiciário e a garantia dos direitos humanos. Dora observou que o principal problema é formar o juiz. "Os juízes que atuavam no país eram indonésios com formação precária. E os atuais juízes são muito novos, com idades variando entre 25 e 35 anos. Ainda pensam como se estivessem

Botando as bruxas pra correr

UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-CAPITALISTA CRIADA EM SÃO PAULO PROPÕE O SACI-PERERÊ COMO SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA CULTURAL BRASILEIRA



Para combater a amaqueação do Halloween - o Dia das Bruxas dos americanos -, que anda assolando o comércio e as escolas brasileiras, um grupo de artistas e intelectuais constituiu em julho do ano passado em São Luiz do Paraitinga, São Paulo, a Sociedade dos Observadores de Saci (Sosaci), uma ONC, isto é, Organização Não-Capitalista.

O objetivo é resgatar do esquecimento o Saci-Pererê e outras figuras do imaginário popular (como a Iara, o Curupira e a Mula Sem Cabeça) para afirmar a identidade cultural brasileira. Não se trata de uma campanha xenófoba, mas de um movimento de contestação à "arrogância, (à) prepotência e (à) destruição de que é portadora a indústria cultural do império", mais especificamente, do império dos Estados Unidos da América.

O movimento já fez duas grandes conquistas: a oficialização do "Dia do Saci" pelas Câmaras de Vereadores de São Luiz do Paraitinga e de São Paulo. A data escolhida foi o 31 de outubro, exatamente para coincidir com o Dia das Bruxas, confrontando-o. Há iniciativas similares em curso em outras cidades, como Juiz de Fora, em Minas, e Curitiba, no Paraná. Mas a meta é muito mais ambiciosa. A Sosaci está passando um abaixo-assinado a ser encaminhado ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, com a sugestão de que ele encampe a luta pela criação do "Dia Nacional do Saci e seus amigos".

Antropofagia - "Halloween - ou "raloim", na versão nacional - só com carne seca!", pregam os filiados à Sosaci, demonstrando o espírito combativo, galhofeiro e antropofágico da proposta. Explicando: o principal símbolo do Halloween é o Jack-O'Lantern, uma máscara esculpida numa abóbora para servir de lanterna. Em vez de assustar os incautos na escuridão da noite, a idéia inovadora é espantar a fome com uma abóbora recheada de carne seca, fina iguaria da culinária brasileira.

Entre os sócios fundadores da Sosaci encontram-se alguns pesos pesados da resistência cultural brasileira, como o fotógrafo e documentarista Vladimir Sacchetta e o violonista Ivan Vilela. Vilela, que comanda uma Orquestra Filarmônica de Violas na Unicamp e que recentemente lançou o CD Caipira, com os cantores Suzana Salles e Lenine dos Santos, acaba de passar em concurso na Universidade de São Paulo, tornando-se o primeiro catedrático de viola caipira no País, um marco na história da música brasileira de raiz.

Trilha de Lobato - A iniciativa dos observadores de Saci segue uma trilha inaugurada no inf-



ciado século passado pelo escritor Monteiro Lobato. Inconformado com a importação acrítica de ninfas, elfos, gnomos e anões da Europa, o genial criador de Emília e Narizinho propôs que aquelas "niebelungices, mudas à nossa alma" fossem substituídas por "sacis-pererês, caiporas, mães d'água, e mais duendes criados pela imaginação popular".

Em 1917, Lobato promoveu, nas páginas do jornal "O Estado de S. Paulo", uma pesquisa sobre as características e as aprontações do Saci. Recebeu centenas de cartas de todos os recantos do País, material que depois reuniu no livro "O Saci-Pererê - Resposta a um Inquerito", descrevendo o perfil do negrinho de uma perna só, de carapuça vermelha, que gora ninhadadas, queima balões, rouba as espigas e quebra os pés de milho, embaraça as crinas dos cavalos e assusta os viajantes nas estradas, entre outras aporrinhações.

Esse é o personagem que a Sosaci escolheu para espantar a invasão das bruxas e outros monstros norte-americanos. Assombração por assombração, o melhor é ficar com as nossas!

Para saber mais e se filiar, acesse a página eletrônica da Sociedade dos Observadores de Saci no seguinte endereço:
www.sosaci.org

Algumas assombrações genuinamente brasileiras

CURUPIRA - Gênio da ecologia, protetor das florestas brasileiras, o Curupira - ou Currupira - tem o corpo de moleque, vasta cabeleira vermelha, os pés virados para trás e os calcanhares para frente, para enganar os que o seguem. Costuma andar montado num porco-do-mato. O nome, de origem tupi-guarani, significa "corpo de menino". Curupira é mais conhecido na Amazônia. No Sul, recebe os nomes de Caapora e Caiçara.

BOITATÁ - Outro gênio ecológico, protege os campos castigando os que botam fogo na vegetação. O padre Anchieta já dizia que nas praias e beiras de rios era comum encontrar o Boitatá, também conhecido como Baitatá, Batatal, Batatão, Biatatá, Bitatá, Batatá e Fogo Corredor. Seu nome vem do tupi-guarani mboy (cobra) tatá (fogo). Ou seja, é "cobra de fogo". Aparece como uma cobra de fogo ou, às vezes, num tronco em brasa.

IARA - Iara significa "senhora", em tupi. Mas seu nome vem de ig (água) iara, quer dizer, "senhora das águas". Conhecida também por "Mãe D'Água", é uma espécie de sereia dos rios e lagos. Para os índios não era uma moça bonita, de vasta cabeleira, mas um ser masculino, o Iupuiara ("o que mora no fundo das águas"), que costumava virar canoas e assombrar as pessoas. Pescadores e lavadeiras eram suas vítimas. Com a chegada do europeu, associaram esse gênio das águas às sereias, e ele virou uma mulher linda, moradora de um palácio no fundo do rio, que encanta e atrai os homens.

MAPINGUARI - Praticamente desconhecido fora da Amazônia, o Mapinguari, morador da floresta, sobrevive especialmente no Acre. Trata-se de um homem agigantado (dizem também que é um macacão, ou uma preguiça gigante, que anda em pé), negro, com longos pêlos que o protegem até contra tiros (só o umbigo é desprotegido). Tem pés de burro virados para trás, braços gigantes e unhas em garra. Sua boca, enorme, é na barriga, em posição vertical. É descrito como muito mau, ataca homens e engole suas cabeças. Mas ele só ataca os caçadores que matam por prazer e os seringueiros que trabalham nos domingos.

MULA SEM CABEÇA - Mula mesmo, sem cabeça, negra, com uma cruz de cabelos brancos. Tem um facho luminoso na ponta da cauda. Mata quem encontra a coices. Desencantada, é uma linda mulher nua, que tem amores criminosos ou que teve relações com um padre.

Fonte: Mouzar Benedito

Manifesto de fundação da Sosaci

Um espectro ronda a indústria da cultura. Como já ocorreu durante a I Guerra Mundial - quando os chamados " povos civilizados" se matavam entre si nos campos da Europa, como lembra Monteiro Lobato em seu Inquerito, escrito em 1917 -, o espectro do Saci voltou para dar nó na crina das potências que invadem os outros países com uma "indústria cultural" predadora e orquestrada.

O Saci é reconhecido como uma força da resistência cultural a essa invasão. Na figura simpática e travessa do insigne pernetta, esbarram hoje, impotentes, os x-men, os pokemon, os raloinos e os jogos de guerra, como esbarravam ontem patos assexuados e ratos com orelhas de canguru.

É tempo, pois, do Saci expor abertamente seus objetivos, lançando um manifesto e denunciando o verdadeiro espectro: o espectro do imperialismo cultural. Para tanto, outros expoentes do imaginário cultural brasileiro - como o Boitatá, a Iara, o Curupira e o Mapinguari - reuniram-se e redigiram o presente manifesto.

A cultura popular é um elemento essencial à identidade de

um povo. As tentativas insidiosas de apagar do imaginário do povo brasileiro sua cultura, seus mitos, suas lendas, representam a tentativa de destruir a identidade do nosso país. A história de todas as culturas até hoje existentes é a história de opressores e oprimidos. Hoje, como ontem, o Saci apóia, em qualquer lugar e em qualquer tempo, qualquer iniciativa no sentido de contestar a arrogância, a prepotência e a destruição de que é portadora a indústria cultural do império.

O Saci não se reivindica como símbolo único e incontestável da cultura popular brasileira. O Saci trabalha pela união e pelo entendimento das várias iniciativas culturais que devolvam ao nosso povo a valorização de sua identidade cultural. O Saci não dissimula suas opiniões e seus objetivos e proclama, abertamente, que estes só podem ser alcançados por um amplo movimento de resistência cultural, denunciando os malefícios da indústria cultural imperialista. Que ela trema à idéia de uma resistência cultural popular. Nesta, o Saci nada tem a perder a não ser seus grilhões. E tem um mundo a ganhar.

Sacis de todo o Brasil, unamo-nos!

ESCOLA DE PAIS E FILHOS

Os educadores também têm que ser educados

A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL QUE ENSINA PAIS E FILHOS A ENCURTAR SUAS E DISTÂNCIAS PARA O TAMANHO DE UM ABRAÇO

JOÃO ALBERTO FERREIRA

Há quase oito anos, a Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal convocou a Universidade de Brasília para entrar no combate à violência. A universidade aceitou o desafio. Assinaram então um convênio para que a UnB passasse a implantar medidas sócio-educativas na recuperação de jovens que ainda não haviam cometido infrações graves. Teria sido mais um convênio, mais uma tentativa, não tivesse o pessoal da UnB percebido algo que mudou definitivamente a forma de tratar do problema: para reeducar os garotos de maneira consistente, seus pais também teriam que ser reeducados. Daí então nasceu a Escola de Pais e Filhos.

"Percebemos logo que medidas sócio-educativas não bastavam. O garoto voltava pra casa e encontrava a mesma falta de afeto e compreensão que havia levado a família a adotar medidas expulsivas - conta Clénira Ordoñez Souza, que percebeu e implantou o que pode se chamar de "passe de mágica" nessa área. "A mágica acontece quando pais se colocam

no lugar dos filhos e filhos no dos pais", explica Daniela Natália Faraco Acosta, estudante de pedagogia, que estagiou no programa no último semestre, completando: "Daí vem a compreensão".

Reincidência mínima - Desde então 700 garotos entre 14 e 18 anos, 93% deles meninos, e algo em torno de mil pais, ou responsáveis, já passaram pela Escola de Pais e Filhos. O índice de reincidência é de 10%. Mesmo assim, no índice estão incluídos garotos enviados à Escola pelo juiz da Vara da Infância e Juventude ou pela Secretaria de Estado da Ação Social, mas que não apareceram. Não foi registrado nenhum caso de alguém que, indo uma primeira vez, tenha desistido. Pelo contrário. Muitos terminam o semestre lamentando não poder voltar.

"Meu irmão chegou emburrado, avi-

sando que não queria participar, e hoje lembra com saudade dos dias passados ali", diz Clara da Silva, irmã mais velha de M.A.S., de 15 anos. Os dois foram "alunos" no último semestre. Eles moram com a mãe e mais três irmãos no Chaparral, área localizada na QNM, em Taguatinga Norte, conhecida pela violência. Ela conta que o irmão andava com gente "barra pesada" e foi parar na Escola porque assumiu ser dono de uma arma de um rapaz maior de idade de sua turma.

A história do irmão de Clara é um clássico da Escola, tanto pelos motivos que o levaram para lá quanto pela mudança por que passou. Saía da cama ao meio-dia, não ia mais à escola, fugia da responsabilidade e freqüentava uma turma "barra pesada". Hoje ele trocou a freqüência na turma pela freqüência na sala de aula.





Acorda às 7h e vai ao colégio, procura andar de banho tomado e bem vestido, para "me dar ao respeito", como afirma. Ele está atrás de um curso profissionalizante para aprender a consertar rádios e tevês, "para me valorizar".

Aprendendo a conversar - Por sua vez, a história de Clara é outro clássico, aí no que diz respeito ao aprendizado de pais e responsáveis. "Sabe da maior?", pergunta, já com a resposta na ponta da língua: "Aprendi a conversar com ele". Na Escola, Clara lembrou o que é adolecer, como seus colegas de aprendizado. Como primeiro resultado, não há mais gritos em casa. "Nos falamos sem alterar a voz", afirma. E sobre qualquer assunto, mesmo aqueles de que o irmão não gosta. "Eu agora vou pelas bordas. Começo falando de assuntos de que ele gosta e termino

protegendo do frio. Eles juntaram seus corpos para se aquecer e fugir da intempérie que atingia a todos igualmente. Uns morreram por causa dos espinhos e outros ficaram feridos. Então perceberam, por meio do sofrimento, que podiam se aquecer e passar pela tempestade se estivessem juntos, mas mantendo uma distância segura. A essa distância segura chamamos respeito à diferença".

As oficinas, que constituem o verdadeiro diferencial dessa Escola em relação aos outros convênios firmados pela Vara da Infância e Juventude, são chamadas por alguns de vivências. De fato, mais se parecem com terapia de grupo. "A oficina cria um espaço catártico", traduz a estagiária Daniela. A cada 15 dias, as oficinas reúnem pais e filhos num mesmo ambiente. Os garotos vão a Escola uma vez por semana durante o semestre. Eles revezam a oficina com a medida sócio-educativa propriamente dita, o trabalho, orientado por um tutor bem treinado, nos vários departamentos da UnB.

Laços afetivos - Nas oficinas são utilizadas várias ferramentas de trabalho, quase todas já experimentadas no campo da psicologia, com um objetivo bem claro: restabelecer os laços afetivos dentro

de comportamentos. Na mesma palestra, todos são convidados a se darem as mãos e, assim, se apresentar uns aos outros. É o início da quebra do gelo afetivo. A partir daí, o toque estará presente em todas as vivências do grupo. Numa outra vivência, com o tema "Adolescendo", os pais são convidados a dramatizar sua distante adolescência. "Muitos se surpreendem ao ver que haviam se esquecido de que foram adolescentes um dia, surpreendem-se mais ainda ao lembrar como eram", diz Clenira. Memória refrescada, eles fazem uma dramatização de sua adolescência para os filhos. Agora é a vez de os garotos ficarem surpresos, dando-se conta de que seus pais foram como eles um dia.

Ninho comum - Falar ali vai se tornando algo mais fácil do que parece na chegada. Talvez pelo mesmo motivo que fez do Alcoólicos Anônimos uma instituição de sucesso. Todos têm os mesmos problemas. Ninguém é um estranho no ninho. Muitos pais discriminados em sua vizinhança, e por isso com vergonha

do comportamento dos filhos, falam abertamente pela primeira vez quando percebem que estão entre iguais.

Os trabalhos vivenciais sucedem-se: um se chama "Quem sou eu?" e estimula todo mundo a falar de si; outro, "Uma questão de Interpretação", convida todos a respeitar a opinião do outro; e ainda outro, "Pisou na Jaca?", ensina, como no samba de Paulo Vanzolini, que a vida continua e que todos devem "se levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima, porque um homem de moral não fica no chão".

A oitava vivência é conhecida por "Um desconhecido chamado 'meu filho'". Aí já estamos na última vivência e as distâncias se encurtaram na maioria das vezes para o tamanho de um abraço.

da família. No início da primeira das oito oficinas do semestre, o que se vê são pais e filhos sentados distantes uns dos outros, pais que não se dirigem aos filhos e filhos que não se dirigem aos pais. Pais que partem do princípio de que o problema não é deles, mas dos garotos; e filhos que se julgam vítimas involuntárias da incompreensão paterna. É comum ver pais de garotos que já vivem fora de casa e já não se falam há anos.

O tema da primeira reunião: "Ser diferente é a nossa riqueza". Cai como um morteiro sobre espíritos endurecidos. Clara lembra bem da palestra que a fez refletir sobre a responsabilidade que lhe cabia no distanciamento do irmão: "Foi uma palestra sobre porcos-espinhos se

puxando para o tema que desejo", revela o segredo.

"Nosso programa é feito para mudar o comportamento dos pais (ou responsáveis) em relação aos filhos, e dos filhos em relação aos pais, por meio de oficinas que abrem oportunidades de experimentar, compreender e fazer novas opções de vida, tudo com uma abordagem lúdica", explica a nova coordenadora da Escola, Sizie Imanishi, que substituiu Clenira. Sizie trabalhou com crianças durante longos anos, primeiro como consultora do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude (Unicef) na América Central, e depois promovendo, para o Fundo, os direitos das crianças e adolescentes no Brasil.





VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mulheres exigem punições mais rigorosas

CRISTINA LIMA

Imagine a cena: o marido chega bêbado em casa. A mulher está na cozinha. Ele liga a televisão. As imagens são de violência. O noticiário apela para o sensacionalismo. O homem se altera. Discute com a mulher, bate nela. Essa é a realidade de milhares de lares brasileiros. Ou melhor, do mundo. Uma em cada três mulheres do planeta será espancada, abusada sexualmente, estuprada, mutilada, assassinada, escravizada ou sofrerá algum outro tipo de violência ao longo de sua vida. A violência dentro de casa é a principal causa de morte e deficiências entre mulheres de 16 a 44 anos e mata mais do que o câncer e os acidentes de trânsito.

O alarme foi feito pela Anistia Internacional no relatório "Está em suas mãos. Pare a violência contra as mulheres". A divulgação do documento, em março, marcou o início de uma campanha mundial da organização de direitos humanos em favor do sexo feminino. O movimento chama a atenção para a responsabilidade do Estado, da sociedade e dos indivíduos diante do problema.

Campanhas - Para mudar esse cenário, só mesmo um conjunto de ações que

envolvem governos e sociedade. Uma das formas de prevenção seria debater mais o tema e escutar as vítimas - e acreditar no que elas contam. Em março último, o Sindjus aderiu à campanha do Laço Branco, iniciada nos anos 90, no Canadá, e que já se estendeu por mais de 30 países. Fitas brancas foram distribuídas para serem usadas no pulso. Esta é apenas uma das formas de sensibilizar a comunidade para difundir a idéia de que as agressões contra as mulheres devem ser denunciadas o mais rápido possível.

Dados fornecidos pelo Ministério Público do Distrito Federal apontam que só na Delegacia da Mulher (Deam) do DF foram registradas 3.871 ocorrências em 2003. Ao todo, 5.830 crimes - em cada registro pode haver mais de um crime. A maioria é de ameaça (2.254), seguida de lesão corporal (1.341). Em geral, são praticados pelo marido. Ao todo, são 9.539 mulheres vítimas de violência no DF, de acordo com registros em todas as delegacias.

No final da década de 80, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (- IBGE) constatou que 63% das vítimas de

agressões físicas no ocorridas no espaço doméstico eram mulheres. Pela primeira vez, reconhecia-se oficialmente esse tipo específico de crime.

As agressões continuadas levaram o MPDF a instalar, em abril, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher. A nova promotoria, que durante seis meses funcionará em caráter experimental, será integrada com outros órgãos de defesa da mulher, como associações, conselhos, delegacias, movimentos sociais e entidades representativas. Depois de agosto, se tornará efetiva. Diferentemente dos promotores criminais, que agem com base nos inquéritos policiais remetidos pelas delegacias, o atendimento dos promotores da área será direcionado a outros tipos de denúncias, como o mau atendimento na rede pública, assédio moral e sexual, e discriminação.

Prevenção - A promotora Márcia Milhomens, que divide os trabalhos com o promotor Wilson Koresawa, conta que pelo menos uma mulher procura o MPDF a cada dia para denunciar agressões. Em alguns casos, ocorrências são registradas na Deam, que se preocupa em tipificar o



crime cometido. Na Promotoria da Mulher, o atendimento vai além. "Nosso trabalho também é psicossocial. Senão fica difícil prevenir novos crimes", afirma Milhomens.

Para atuar em conjunto com a Promotoria, foi formado o Núcleo de Perícia Social. Mas ainda será preciso firmar parcerias para incrementar o trabalho. Os promotores acabam virando conselheiros. Chamam o agressor, define pensões alimentícias e até encaminham, nos casos mais graves, as mulheres para a Casa Abrigo, alojamento reservado para aquelas que correm risco de morte.

Na avaliação da promotora, o trabalho será mais eficiente caso a sociedade se empenhe no combate à violência doméstica. "Não adianta só marginalizar o agressor porque ele estará inserido na vida da mulher para sempre, por meio dos filhos. Muitos também foram vítimas de agressões. É preciso tratar a família como um todo", opina Márcia Milhomens.

Se de um lado a sociedade tateia no aprendizado ao combate à violência doméstica, o Congresso Nacional, por meio de organismos que defendem as mulheres, caminha a passos largos. Em junho, foi aprovado o projeto de lei de autoria da deputada Iara Bernardi (PT/S), que tipifica a violência doméstica no Código Penal Brasileiro.

Punição e correção - Mas, na avaliação da advogada Iaris Ramalho Côrtes, assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), muito ainda precisa ser feito. A lei em vigor ainda permite que o criminoso seja julgado em juizados especiais. As penas convertidas podem ser transformadas em prestação de serviço à comunidade. "Precisamos atender as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o assunto e aprovar um novo projeto de lei com base não só punitiva, mas também corretiva", disse. Iaris defende mais rigor no cumprimento da pena de acordo com o tipo de crime cometido pelo agressor, seja lesão corporal grave ou ameaça.

Esse projeto está em fase de elaboração por meio de um grupo ministerial. A partir dele, o Poder Executivo enviará mensagem ao Congresso Nacional para transformá-lo em projeto de lei e, por fim, em legislação. "Precisamos de prevenção

O que é violência doméstica

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 18 de junho a Lei 10.886/04, que tipifica a violência doméstica no Código Penal Brasileiro. De acordo com o parágrafo 9º acrescentado ao artigo 129 do Código, trata-se de lesão (ofensa à integridade corporal ou à saúde) praticada por alguém contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. A pena prevista é de detenção de seis meses a um ano. Nos termos do parágrafo 10, amplia-se de um terço a pena nos casos de lesão corporal de natureza grave e de lesão seguida de morte.

e não esperar que haja o espancamento para o Estado poder agir", defendeu Iaris Ramalho. As penas, segundo a advogada, seriam as mesmas que constam no Código Penal, como as de lesões corporais, homicídios etc.

Para isso, as entidades não-governamentais buscam recursos para uma cam-

panha nacional de prevenção à violência doméstica. Elas também participam da campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e de organizações da sociedade civil para a promoção dos direitos humanos e da dignidade do cidadão na mídia.

Cenas representando situações de extrema violência física e também moral invadem as telas da televisão em todas as horas do dia e da noite. É a estética da violência. Até mesmo o jornalismo se rende às fórmulas de sucesso sensacionalista e nos brinda todos os dias com doses cada vez maiores de cenas realistas, nas quais polícia e televisão atuam juntas em caçadas aos bandidos dos morros cariocas ou da periferia paulistana. Assistimos ao vivo e em cores o close da cara do bandido, que ocupa seu espaço na mídia e dá entrevista.

Baixaria - O deputado federal Orlando Fantazzini (PT/SP), que encabeça a campanha, utiliza estudos científicos de vários países para provar que há relação entre a violência doméstica e os programas televisivos. "Crianças submetidas a uma hora de programa com violência por dia têm alto potencial para cometer agressões", comenta. A intenção do parlamentar é que seja adotado um Código de Ética da TV. "Enquanto não tem, queremos fazer uma pressão moral aos patrocinadores da baixaria", explica Fantazzini.

Junto com as mulheres, as crianças são as maiores vítimas da violência doméstica. Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos. A maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. O Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes são espancados no Brasil.

E a televisão tem influência sobre os pequenos, que um dia poderão se tornar adultos agressivos. Psicólogos dizem que quanto mais tarde a criança se iniciar no mundo da TV, melhor.

Serviço

PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER: 343-9375
DELEGACIA DA MULHER (DEAM): 244-4583/3400



Patrimônio, pátria amada e o salve-salve

TT CATALÃO

Cresce a consciência dos valores históricos presentes não só em objetos, monumentos ou autoridades, mas também nos saberes e fazeres populares, nos modos de viver e conviver na cultura cotidiana e na arte - mesmo fora dos mercados - em suas diversas linguagens

A maioria do povo brasileiro só lembra da idéia de patrimônio quando se fala de riqueza pessoal. E geralmente quando tem algum corrupto denunciado em casos ilícitos de aumento de renda (sem origem clara) ou mesmo, sendo riqueza lícita, dentro das regras do lucro regulamentar.

O patrimônio quase sempre é um volume precioso, alheio, pois quem mal sobrevive de salário não tem grandes

sobras para guardar ou acumular. Sem falar num certo machismo de ser patrimônio pelo "pátrio poder" masculino, visto como o herói varão que trabalha, caçador, guerreiro, e assim é o "único" gerador de herança familiar e de posses. Eis o pecúlio do senhor todo poderoso patriarca, pai. Mas a coisa mudou e a mulher não é mais a caricatura antiga de usar o "matrimônio" por interesse exatamente de olho no patrimônio. Hoje, são muitas as mulheres que abastecem o dito cujo e se apresentam senhoras cabeças de famílias.

No futebol, locutores antigos gozavam o jogador que fazia um gol contra com o rebuscado "atentou contra o patrimônio". Na história, patrimônio é associado a "coisa velha de museu", geral-

mente em ruínas, pelo descaso crônico do Estado. O patrimônio público vira quase um entulho de luxo sem despertar vínculos com o cotidiano dos moradores nem mesmo com a trajetória histórica da cidade, do Estado ou do País.

Criação do Iphan - Lentamente, o panorama da atitude cultural do brasileiro frente ao patrimônio muda. Quase no mesmo ritmo das intempéries que corroem monumentos e cupins devoradores de altares sacros, a cultura do Patrimônio Vivo toma nova forma em políticas públicas. Desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 13 de janeiro de 1937, a mobilização da sociedade pressiona para o aumento da consciência que ao valorizar obras, objetos, fazeres e



Forte do Castelo, Belém



Cerâmica popular



Forte de Santo Antônio da Barra, Salvador

saberes cresce com a própria auto-estima de um país que precisa lembrar para melhor resistir ao desmanche de sua identidade.

Em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encomendou a Mário de Andrade um anteprojeto de Lei para a salvaguarda desses bens e confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantação do Serviço do Patrimônio. Integraram esse primeiro núcleo Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Quando Rodrigo decidiu organizar idéias e sistematizar meios para a criação de uma base legislativa, e meios para a preservação do patrimônio histórico, o Brasil engatinhava no Estado Novo de Getúlio Vargas, e o ranço do "nacionalismo fechado" marcou um pouco essa luta histórica.

Nas últimas décadas, a desconfiança aumentou pela febre do pseudomoderno que adota a terra arrasada como dogma e assim coloca a tradição exacerbada, um sintoma agudo de atitude retroativa - um tanto confirmada pelas posturas de culto ao passado dos retrógrados. O passado, na era do consumo rápido-rasteiro-ralo, também criou uma falsa aparência de "estar parado no tempo", do recuo reacionário ou da poeira inoportuna.

Fútil + útil - Na febre do "novismo" a qualquer preço e da novidade efêmera embalada no mesmo balaio do que seria novo, o fútil se enrola com o útil e a tradição deixa de ser referência histórica com valores quem contam a vida pelos objetos, saberes, fazeres, feitos, palavras, modos de existir, arte,

manias e construções.

Na sociedade o patrimônio é considerado como conjunto de bens, materiais e não materiais, mas com valor de uso e de troca, que podem pertencer a um indivíduo ou a uma empresa, pública ou privada.

Em ação conjunta com o Iphan, o Ministério da Cultura conta com o Programa Monumenta, inspirado no êxito de uma experiência precursora em Quito, capital do Equador, que em 1994 foi beneficiada com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a reconstrução da cidade, praticamente destruída por um terremoto em 1987. Em 1995, o Programa chegou ao Brasil para considerar, nacionalmente, o patrimônio como expressão da magnífica pluralidade étnica, cultural, histórica e geográfica que caracteriza a formação do País. É a celebração da nossa mestiçagem sob a herança arquitetônica e urbanística de portugueses e bandeirantes, negros e índios, asiáticos, trabalhadores rurais e urbanos vindos da Europa, tropeiros e garimpeiros. Culturas que se diluem e se renovam entrelaçadas e surgem diferentes e incorporadas ao exuberante painel da paisagem natural.

Patrimônios - A idéia do tombamento também remete a um inventário que signifique riqueza (como os setores administrativos de uma repartição pública fazem para controlar os bens). Hoje, porém, o conceito se amplia em camadas mais sutis de valor. Considera-se "riqueza" uma pintura corporal indígena, um sotaque, um repertório de usos gráficos, um ritmo

(como o samba foi recentemente proposto, pelo ministro Gilberto Gil da Cultura, ao tombamento como bem imaterial).

O tombamento pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

Entre as definições adotadas para as diversas configurações de patrimônio, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais usa como patrimônio natural: rios, cavernas, montanhas, flora e fauna, de uma região ou de um país; patrimônio edificado: bens imóveis, sendo eles casas, igrejas, museus, edifícios representativos da evolução histórica ou exemplares de determinado período ou manifestação cultural; a garantia de sua preservação depende também da preservação do entorno, de forma a garantir sua distinção e percepção no contexto onde se insere.

O patrimônio urbanístico é o formado pelas estruturas urbanas e/ou conjuntos urbanos de especial importância, que guardem homogeneidade paisagística e ambiental ou sejam referenciais formadores da personalidade única de um lugar; podem ser representados por praças, bairros, cidades, incluindo sua paisagem. Sendo que bens móveis são os objetos que fazem parte do patrimônio e que, por suas características manuais, podem ser removidos sem dificuldades; formam



Museu da Inconfidência, Ouro Preto



Heitor Villa-Lobos, o maior compositor brasileiro

conjuntos de elementos artísticos, artefatos culturais e objetos significativos para a memória, abrangendo não somente as obras de arte como também os materiais de arquivo, documentos e todos aqueles objetos que possuem um valor especial para a comunidade, seja de ordem afetiva, simbólica ou histórica. E bens integrados, também chamados elementos artísticos ou artes aplicadas, constituem a ornamentação que compõe a ambiência arquitetônica das edificações; de natureza escultórica e/ou pictural, são cantarias, pilastras, colunas, arcos-cruzeiros, púlpitos, balaustradas, retábulos, forros policromados, painéis parietais e outros.

Já o patrimônio imaterial ou intangível são as manifestações de natureza imaterial que constituem importantes referências culturais e relacionam-se à identidade, à maneira e à ação dos grupos sociais. Nesse conceito estão as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, considerando os saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e os lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas).

O patrimônio documental é formado pelos documentos que constituem o acervo histórico e as fontes de comprovação de fatos históricos e memorá-

veis. Materializado sob diversas formas e diferentes bases, esse patrimônio constitui muitas vezes o principal acervo dos arquivos públicos e bibliotecas.

O caso Brasília - Recentemente, a capital da República teve a opinião pública mobilizada contra um projeto da Câmara Legislativa que pretendia monopolizar as decisões sobre o patrimônio na região. A gravidade reside no fato de a Câmara ser exatamente uma das principais ameaças ao que pretendia, digamos, "preservar". O Iphan ajuzou, nos últimos dois anos, 206 ações contra atos da administração pública, das quais cerca de 50 foram julgadas em primeira instância a favor do órgão de preservação. São, aproximadamente, 25 normas, que, segundo o Iphan, ferem a Constituição e têm de ser revistas.

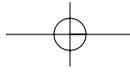
Entre os mais discutíveis estão os que dispõem sobre o Plano Diretor de Publicidade, a alteração de uso de áreas, como no Setor de Clubes Esportivos Sul, e as construções individuais em coberturas chamadas "o sétimo andar privativo". Sem falar da tolerância à ocupação irregular de terras públicas, loteamentos eleitoreiros e o fato, por exemplo, de a orla norte do Lago Paranoá encontrar-se quase toda fechada, fato que já dura anos. Das 103 pontas-de-picolé, com terrenos custando em média R\$ 1 milhão, apenas quatro continuam livres para uso coletivo do espelho d'água.

O tombamento de Brasília começou em 1961, quando a Lei Santiago Dantas, provocada por Juscelino Kubitschek, previu que qualquer alteração no plano original da recém-criada Brasília deveria ser autorizada pelo governo

federal. Em 1987 a lei de proteção local exigida pela Unesco foi aprovada e a cidade transformada em Patrimônio Mundial. Em 1990 Brasília foi tombada pelo Iphan, considerando quatro escalas consolidadas pela Portaria 314, que, segundo a proposta idealizada pelo arquiteto Lúcio Costa, devem conviver harmoniosamente: a escala bucólica, campo inserido na cidade; a escala monumental, palácios e casas oficiais; a residencial, superquadras predefinidas; e a escala gregária, muito espaço para interação social tanto nas quadras quanto no parque.

Consciência - O fato de Brasília ser o primeiro monumento arquitetônico do século XX reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade provoca a reflexão especial de se incorporar o patrimônio como matéria viva e de permanente relação com o cotidiano de todos. Não é só o preservar pelo ufanismo oba-oba da pátria amada, mas pela realidade em que, quando esquecemos, permitimos a manipulação da nossa vida; quando lembramos, conseguimos resistir para diagnosticar o presente com projeção no futuro, e assim escapamos da armadilha da perda da memória que abate a auto-estima e tenta colocar povo e nação para baixo, como zeros em dignidade e valor cultural.

A importância maior é de que, pelo patrimônio popular e imaterial, enfim, podemos assumir que somos sujeitos da história (mesmo os aparentemente perdedores) e que há valor cultural em expressões fora dos circuitos consagrados pelo mercado ou mesmo pela estética oficial.



ANUNCIO

